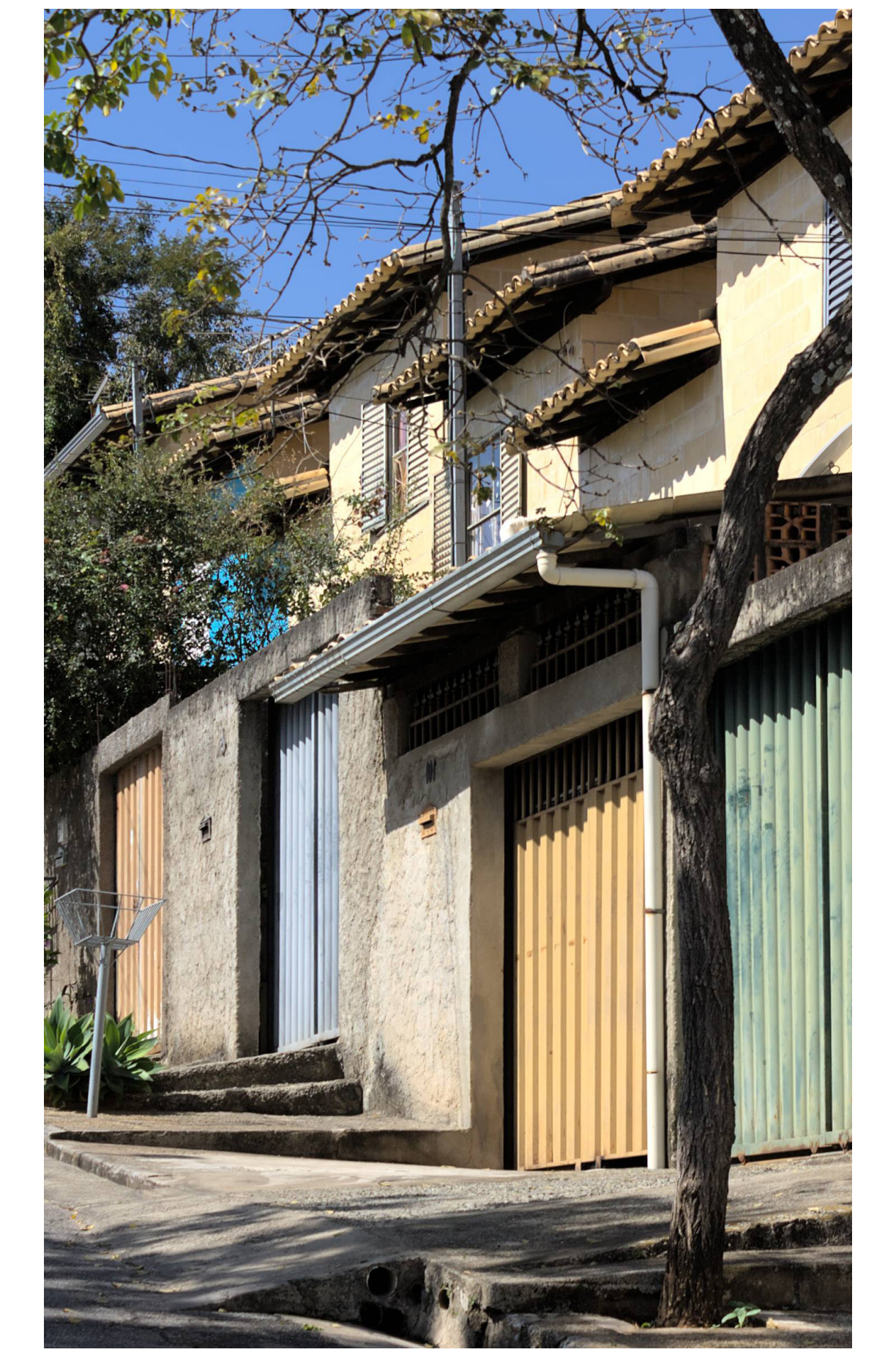
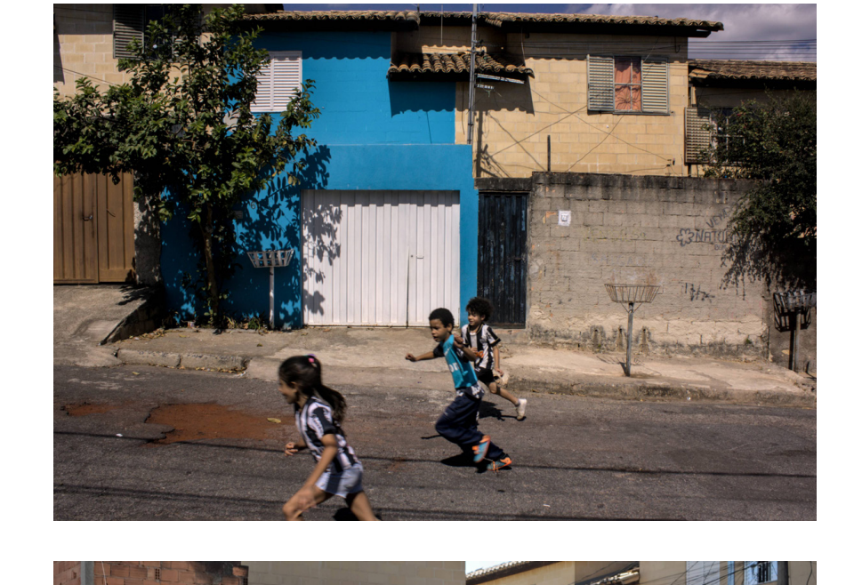
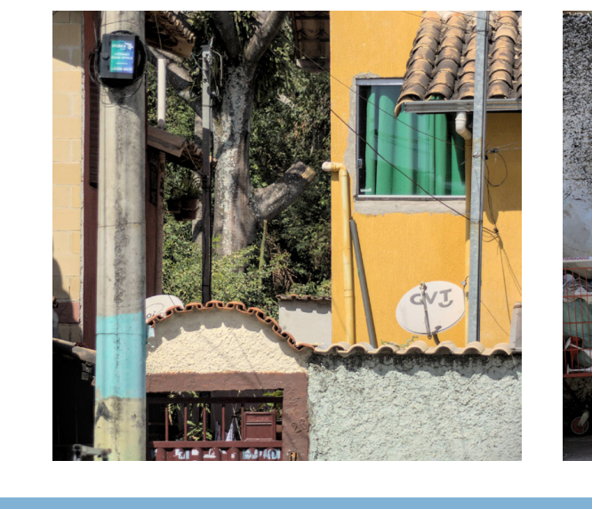






CONQUISTÁVAMOS O RECURSO E JÁ COMEÇAVA OUTRA LUTA

[Moradora-Liderança 1] O importante daquele momento é que já tínhamos uma articulação com o pessoal de São Paulo e de Ipatinga, que já estavam em processo de autogestão. Na época, Leonardo Pessina estava em São Paulo. Ele havia trabalhado na FUCVAM, no Uruguai. O pessoal de São Paulo bebeu dessa água, Ipatinga bebeu da água de São Paulo, e nós, de Belo Horizonte, bebemos da água dos dois.
Já éramos ligados à União Nacional por Moradia Popular, e [cursos de] formação e palestras com técnicos aconteciam quase toda semana. Fomos algumas vezes a São Paulo. Os mutirantes de lá também vieram aqui partilhar, assim como os de Ipatinga. Naquele momento, a Igreja se colocou à disposição. Por isso fazíamos encontros mensais na Comunidade Missionária de Villaregia [que deu nome ao conjunto]. Então, tivemos apoio de várias frentes.

[Assessora 1] Era o finalzinho do governo Patrus, que foi um marco da política habitacional. Primeiro, porque tentou trabalhar efetivamente com novas habitações. Outra questão marcante foi trabalhar pequenos conjuntos dentro da cidade, em áreas já urbanizadas. [No Villarégia] a Prefeitura já tinha definido a associação coordenadora, a ASCA, que acompanhou a elaboração do projeto.

[Moradora-Liderança 2] Eu fui na Igreja Católica do Betânia, e as pessoas estavam precisando muito de moradia. Então, resolveram montar um grupo. Eu pagava aluguel e precisava entrar nesse processo, que durou anos. Nós passamos por uma época em que o prefeito era o Eduardo Azeredo, que não tinha compromisso nenhum com habitação social. Essa luta começou em 1991. Em 1994, quando o Patrus foi eleito, houve mais abertura para a luta da moradia. Com o Orçamento Participativo começaram nossas conquistas. Conquistávamos o recurso e já começava outra luta que era a mobilização para que o governo assinasse o convênio.

[Assessora 2] Não sei até que ponto o fato de as reuniões acontecerem lá [na igreja] atraiu gente, mulheres que não estariam lá se não fosse naquele lugar. O que veio primeiro: o envolvimento com a questão da moradia ou envolvimento com a igreja?
As famílias, no período inicial de atuação da ASCA, nos anos 1990, eram muito presentes. As reuniões da igreja do Betânia eram muito cheias. Discutíamos os critérios para ter direito à vaga e então foram firmados os primeiros compromissos da Prefeitura com os movimentos. Participar das reuniões pontuava as famílias.

[Moradora-Liderança 2] A família vinha e trazia mais alguém que era contado como voluntário. No Villarégia, tivemos muitos voluntários. Isso contava ponto para eles escolherem a casa depois. Toda semana tinha reunião para não perder o povo, porque se passassem quinze dias, era perigoso não estarem morando lá mais.

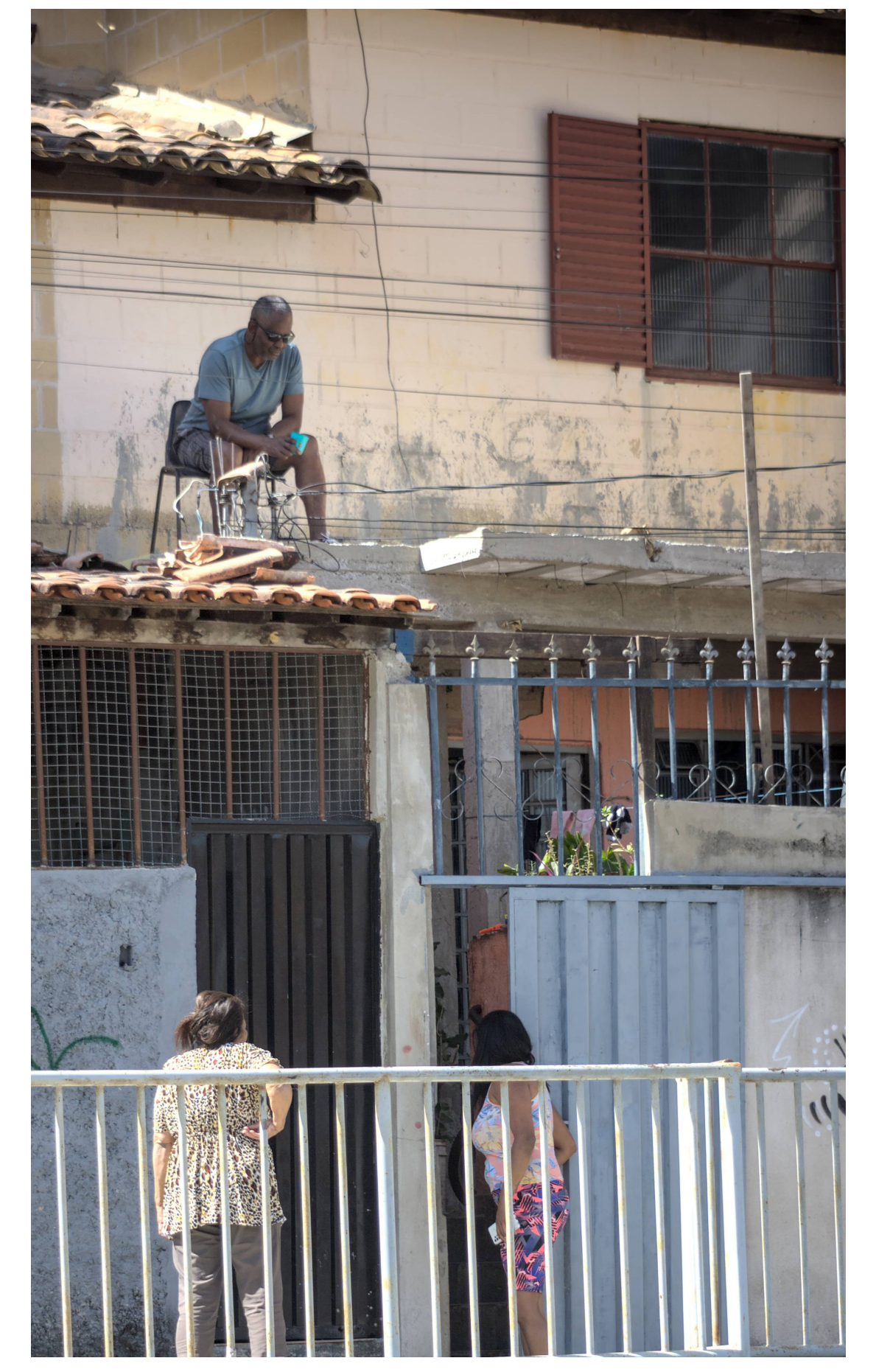
OS DONOS DO DINHEIRO NÃO ACREDITAVAM MUITO EM POBRE

[Moradora-Liderança 1] Naquele momento ainda havia muitas dúvidas sobre o repasse de dinheiro público para movimentos sociais. O Patrus, apesar de a vizinhança se manifestar contra morarmos no Urucuia e no Villarégia, se colocou a favor da gente e disse que ia fazer o conjunto habitacional, diferentemente de outros governos. Eu acho que as pessoas seguraram muito até [o convênio] chegar nele. Então, aquela manifestação [ocupação do prédio da prefeitura em 1996] foi importante e necessária para que ele assinasse.

[Assessora 2] Quando chegamos no terreno [no início da obra], os vizinhos chamaram a polícia, porque eles acharam que estávamos invadindo. Lá ainda não tinha nada.

[Moradora-Liderança 2] Apesar de ser uma prefeitura popular, nós tínhamos que nos organizar. Tínhamos a abertura, mas precisávamos nos organizar para as coisas fluírem.
Os donos do dinheiro não acreditavam muito em pobre, nem que daríamos conta de construir com a nossa organização, só com uma assessoria. A mão de obra do Urucuia e do Villarégia era noventa por cento de mutirante, porque era época da recessão, ninguém tinha emprego. Isso possibilitava uma qualidade bacana da obra, porque eles estavam construindo e recebendo para sua sobrevivência, cuidar da sua família. Estavam construindo sua própria casa, então ninguém fazia serviço com má vontade, mal feito.

[Moradora-Liderança 1] Foi um momento muito delicado, porque não tínhamos recurso para nada. Não tínhamos como pagar o décimo-terceiro da turma. Mas a gente não se abalou com isso. Continuávamos nos reunindo.



NÃO QUERIAM COISA VERTICALIZADA

[Assessora 1] De início, a URBEL queria que fizéssemos o máximo de unidades no terreno, mais de cem, cento e cinquenta. Mas isso só caberia verticalizando. Apresentamos um estudo para uma representação das famílias, porque ainda não estavam todas definidas. Mas eles deram bomba nessa primeira proposta, alegando que não queriam coisa verticalizada. Queriam um esquema de casinhas, com um pequeno quintal, que desse pelo menos para fazer um canteirinho, criar galinha e ter uma coisa um pouco mais individualizada. Então, trabalhamos uma segunda proposta. Outra alteração foi no processo construtivo, por exemplo, [a supressão do] revestimento externo. Fizemos um espaço para reuniões, a que chamamos Centro Comunitário, com uma área em volta para lazer e encontro das pessoas. Não existia a exigência de espaço de garagem. Acho que foi um problema, mas para atender à demanda do número de unidades habitacionais a solução foi deixar uma faixa com algumas vagas.

[Assessora 1] O planejamento da obra foi feito a partir [de critérios] da Prefeitura, mas com adaptações. No Villarégia, o mais notável foi a gente ter decidido fazer uma instalação provisória bem enxuta para economizar recursos e construir o Centro Comunitário. A Ana projetou, e nós fizemos um barracãozinho mínimo, só para caber ferramenta e tal, e demos o maior gás para construir esse centro, que funcionou como o escritório de obra e também como um protótipo. Embora ele não tivesse o mesmo desenho das casas, tinha a mesma tecnologia construtiva. Isso foi uma operação [improvisada], já que não tinha dinheiro previsto para ele.

UMA VIVÊNCIA MUITO MAIS RICA COM AS FAMÍLIAS

[Assessora 1] A autogestão era uma experiência nova, foi uma conquista do movimento sem casa. Quando foi decidido que o conjunto seria construído no regime de autogestão, tivemos de refazer o orçamento, porque ele havia sido feito na perspectiva de contratação de obra. Porque [na autogestão] eram dois regimes de trabalho: um remunerado, durante a semana, e outro em mutirão, nos fins de semana.
A discussão [do projeto] era no próprio canteiro de obras, porque a assessoria técnica acontecia não só na organização do processo construtivo, mas também no acompanhamento social — cuidar das crianças, organizar a cozinha. Tinha toda uma produção para a coisa acontecer.
A assessoria técnica cuidava do planejamento: refazer planilhas e cronogramas, e atualizá-los, organizar o mutirão, contratar grupos, frentes de trabalho. Além do acompanhamento técnico na gestão da obra, havia também a contabilidade e a organização dos dados. Isso era importante para apresentar para a URBEL em todas as etapas.

[Assessora 2] A planilha da assessoria técnica era muito enxuta. Para você ter uma ideia, eram oito horas [semanais] como consultora nos dois mutirões [Conjunto Havaí e Villarégia]. Eu ficava zanzando entre as obras. Toda vez que eu ia em uma, tentava ir na outra para economizar tempo e combustível. Era necessário muitíssimo mais tempo do que isso.

[Assessora 1] Quem contratava a assessoria era a associação. Mas fazíamos um relatório que era encaminhado à URBEL.
A grande chave desse projeto foi o envolvimento da comunidade, da associação, dos sem casa. Treinamos o pessoal para pesquisar preço e negociar compras de materiais. Tínhamos o compromisso de utilizar a mão de obra disponível dentro do grupo de mutirantes.
Acho que [autogestão] é uma forma de fazer distinta, em que se tem uma vivência muito mais rica com as famílias. Isso rebate numa série de coisas. Você vai evoluindo do ponto de vista das soluções e do exercício profissional.

FOI UM PROCESSO BELÍSSIMO DE VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

[Assessora 2] Tinha as frentes de trabalho intermunicipais. Chamamos o povo de Ipatinga para fazer e ensinar a alvenaria que, na verdade, foi muito mais presente no Villarégia. Depois dele, já tinha um monte de gente formada para esse serviço especializado. Era o início do processo de produção de alvenaria estrutural com o bloco Usimix.

[Moradora-Liderança 1] A gente foi atrás do Ministério do Trabalho e nos autorizaram a fazer um documento bem bacana. Por exemplo, o pedreiro que receberia mil reais, recebia dois mil e quinhentos — a gente não pagava imposto. Todo mundo ganhava razoavelmente bem. As pessoas pagavam o INSS e tínhamos esse controle, porque nos apresentavam o recibo. Foi um processo belíssimo de valorização do trabalho das pessoas, um momento único no Brasil.

[Assessora 2] Uma vez integrante dos movimentos autogestionários, o cara seria autogestor sempre, podendo fazer parte das frentes de trabalho remuneradas sem um contrato formal. É mais ou menos aquela lógica, o sem-teto não deixa de ser sem-teto porque agora ele tem a casa dele.

CADA UM TRABALHAVA DENTRO DA SUA POSSIBILIDADE

[Moradora-Liderança 2] Os mutirantes não trabalhavam aleatoriamente, tinham toda uma supervisão. Por exemplo, se o pedreiro contratado responsável pela alvenaria precisava de um dia da semana, ele se dispunha a vir no domingo ou no sábado.

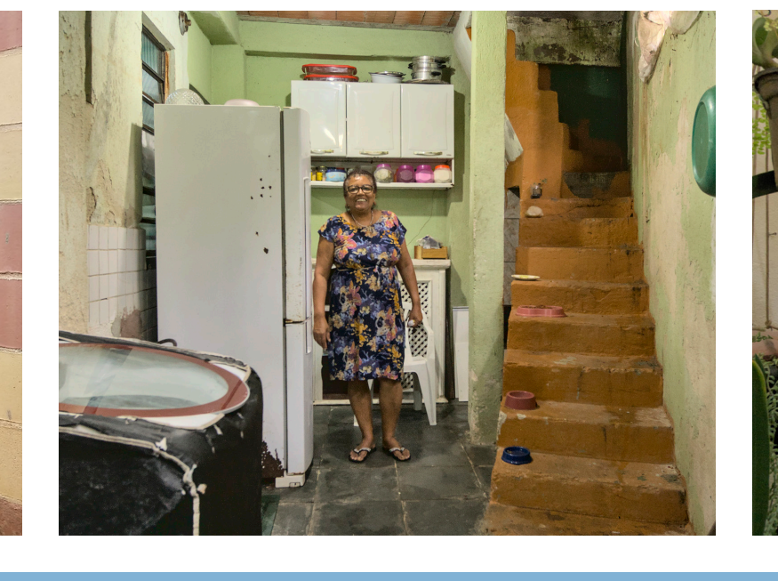
[Moradora-Liderança 1] No Urucuia e no Villarégia não contratamos nenhuma construtora. O trabalho foi todo de mutirão aos sábados, domingos e feriados, das oito da manhã às cinco da tarde. Os únicos dias em que a gente não trabalhava eram Sexta-Feira da Paixão e Natal. A gente era louco por trabalho, porque a gente era doido para sair do aluguel. A gente subia nos caminhões, tirava os tijolos, ia abrir buraco. Era bem pesado, porém, muito satisfatório. Mesmo as pessoas que trabalhavam durante a semana, remuneradas, trabalhavam às vezes no sábado e domingo.

[Moradora-Liderança 2] O mutirão precisa ter equipe para tudo. Tem a equipe de creche, tem a equipe da cozinha, tem a equipe da vala. E cada uma tinha um coordenador, que era o próprio mutirante.

[Assessora 2] As equipes eram montadas entre eles, a gente não interferia nas equipes de mutirantes dos finais de semana. As pessoas iam se agrupando de acordo com o interesse delas, por afinidade. Tinha equipe que preferia ser menor. Em vez de juntar oito, dez pessoas, trabalhavam em três, quatro, cinco. Demoravam mais que uma equipe maior, mas preferiam trabalhar assim porque tinha menos desentendimento entre elas.

[Moradora-Liderança 1] Temos o exemplo de uma senhora que não tinha uma das pernas que trabalhou o período todo tecendo panos de prato. Nós vendíamos os panos no mutirão para comprar carne durante a semana. Então, cada um trabalhava dentro da sua possibilidade, dos seus desejos e como conseguia.

[Moradora-Liderança 2] Nossa contrapartida era o trabalho, porque não tínhamos dinheiro. Eu falo que o mutirão foi a contrapartida. O que o mutirante fazia no final de semana, por exemplo, não tínhamos que pagar para ser feito.



SE FOSSE EMPREITEIRA, NÃO TERIA ACONTECIDO

[Moradora-Liderança 2] Os arquitetos passavam [as informações] para a gente, mas você não consegue perceber… A gente só conseguia ver mesmo como era depois, com a casa pronta. Muitos de nós participamos do curso Construção e Cidadania na PUC, que deu mais uma noçãozinha. E o trabalho mutirante também possibilitava à família saber tudo o que tinha nessas casas. A gente descobriu mesmo foi trabalhando, fazendo.

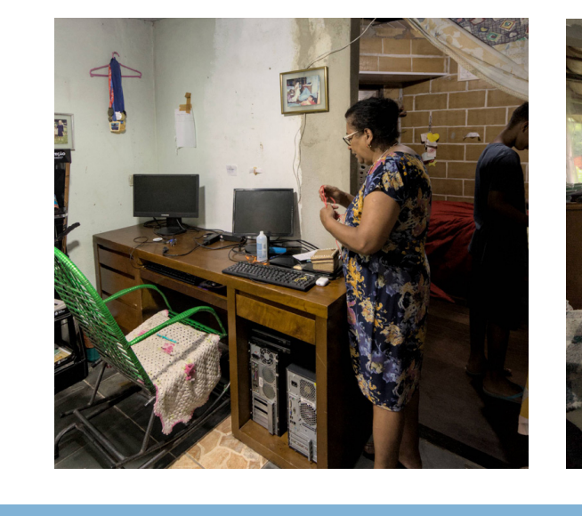
[Moradora-Liderança 1] A PUC nos ofereceu um processo de formação de trabalho em obra. Tanto quem já era servente quanto quem não tinha experiência em obra pôde virar pedreiro. Depois, tivemos um curso de eletricista. Foi um processo muito bacana porque as pessoas trabalhavam e se formavam ao mesmo tempo. Vários [hoje] são pedreiros em empreiteiras grandes, outros têm suas próprias empreiteiras.

[Assessora 2] Nas frentes de trabalho, as famílias tinham presença maior que simplesmente como mutirantes de fim de semana. Era um ambiente festivo, a gente inventava moda de todo jeito. Os cafés da manhã, os almoços, tudo isso tinha ar de festa. Nos fins de semana, quando aconteciam os mutirões, terminava a obra e a gente permanecia lá.

[Assessora 1] Consideramos vantagens do processo a redução de custo e a produção de unidades maiores que o previsto. Se fosse no esquema de empreiteira, isso não teria acontecido. O desenvolvimento do espírito solidário e cooperativo entre os mutirantes foi uma coisa legal. Outras vantagens foram a geração de renda e a formação de mão de obra. Além disso, na própria organização interna, as tomadas de decisão com conhecimento de causa implicaram um crescimento, como a formação de lideranças.

[Moradora-Liderança 2] Eu costumo dizer que nada que você consegue sem muito trabalho, você dá muito valor. Acho que a autogestão possibilita você valorizar mais sua moradia. Também possibilita à pessoa exercitar a mente.

[Moradora-Liderança 1] Tem um empoderamento em ter casa, essa coisa gostosa de falar assim, *a minha casa*.
O processo autogestionário para nós — Leonardo Pessina, Donizete, Dito, Mônica, Leta — é isso: a gente não tem outro desejo a não ser a casa como processo em que as pessoas se empoderem, tomem conta e saibam que elas podem muito mais do que ter a casa. Casa é quase que nada diante do mundo que têm pela frente para ser conquistado.



AQUELE MONTE DE MULHER LEVANTANDO PAREDE

[Assessora 2] Eu acho que entre as mulheres há trocas muito mais efetivas do que entre homens. A crença de que é possível conseguir uma coisa via organização é uma característica das mulheres. A maioria dos homens não acreditava que a coisa pudesse se consolidar de alguma forma. Talvez tenha a ver também com a informalidade do trabalho das mulheres, que têm maior flexibilidade de tempo. Ainda que entre as famílias pobres o desemprego atinja homens e mulheres, temos uma condição de mercado muito dirigida para homens.

[Moradora-Liderança 1] No início, as mulheres ficavam mais naquele processo de limpeza, de furar vala, descarregar caminhão etc. Depois se formaram. Aquele monte de mulher levantando parede, trabalhando de eletricista, enfim, era lindo.

[Moradora-Liderança 2] Noventa e nove por cento da mão de obra eram mulheres. Eu não sei se isso é uma cultura [dos homens] de não acreditar muito no processo. Eu chamava meu marido para as reuniões e ele não ia. Mas ele ajudava porque tomava conta do meu filho enquanto eu ia para as reuniões.

[Assessora 2] O potencial de transformação social impactou muito mais a vida de mulheres do que de homens. Isso, eu presenciei em Ipatinga. Por exemplo, na época da entrega das casas, vi mulheres que simplesmente largaram os homens para lá, ou até mesmo durante o processo de construção, porque já integravam a frente de trabalho remunerada e podiam ir para o trabalho [do mutirão] levando as crianças. Achava positivas [creches no canteiro], porque possibilitava à mulher trabalhar tranquila, contente, porque ela estava com os filhos na casa em que logo ela ia morar. A maioria das mães trazia os filhos. Não deixava com o pai, porque às vezes o pai não gostava de olhar. Aquela coisa de machismo, *trabalhei a semana inteira e ainda vou ter que olhar menino final de semana?*

[Assessora 2] O povo ficava tricotando. Penso no termo *tricotar*, quando lembro das doninhas na mesa de armação, dobrando ferro. Eu adorava ficar escutando as conversas. Estavam ali trabalhando, aprendendo um ofício, ganhando dinheiro e trocando experiências. Era muito mais envolvente para as mulheres. Uma parte da vida social que faltava era preenchida por essa relação de cooperação.
Na autogestão, independente do processo construtivo, tem espaço para qualquer pessoa que queira trabalhar, pois há trabalho que não faz parte da lógica da construção civil, por exemplo, cozinha, horta etc. Essa coisa da adequação sociotecnológica não foi intencional, no sentido de estar dirigida às mulheres, mas defendemos a alvenaria estrutural como resgate de um tipo de construção mais associada a cuidado e dedicação em vez de força bruta.
Eu fazia cartazinho que falava: *Vai começar a primeira turma de alvenaria estrutural*. Foi assim que eu conheci a Cenir, que veio perguntar se mulher podia e eu falei: *é claro que pode, olha quem vai dar o curso*.

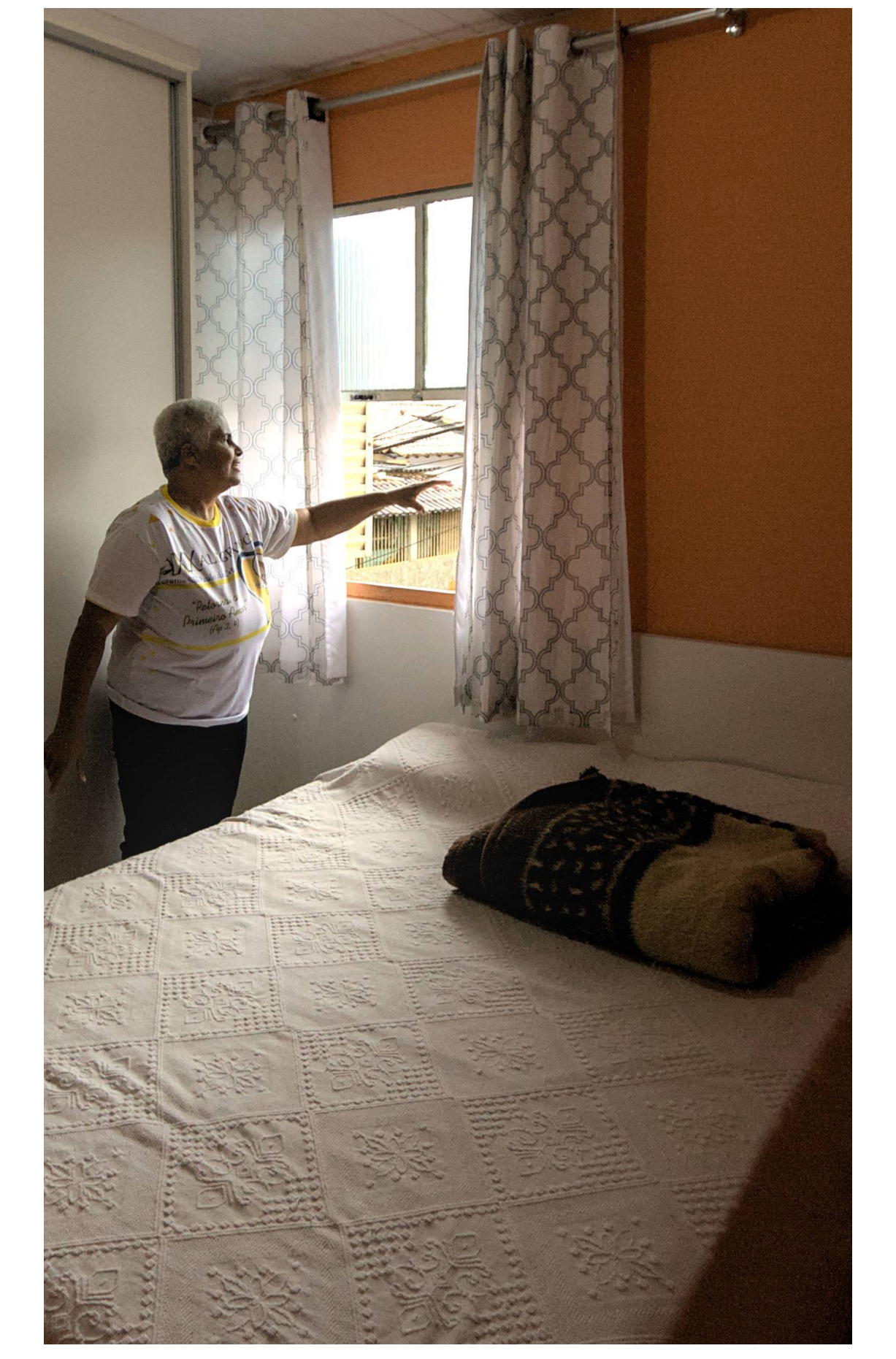
COMEÇOU UMA POLÍTICA HABITACIONAL E NÃO DEU CONTA

[Assessora 1] Um ou dois membros da família se revezavam no mutirão. Na hora que chegava a família inteira, era muita gente para discutir. Quando a URBEL definiu o valor da prestação, eu acho que eles acharam caro. Aí começaram a colocar defeitos num monte de coisas e entraram na justiça contra a URBEL e contra a gente. Depois, eles identificaram que a questão era outra, e não teve maiores consequências, mas foi um ponto negativo que talvez o pós-morar pudesse ter evitado. Mesmo que houvesse problemas, [seria importante] continuar a conversar com as famílias, mobilizar as lideranças, discutir questões dessa nova convivência. A família é muito maior do que a pessoa que estava inscrita junto à associação.

[Moradora-Liderança 2] Aqui ninguém tem Habite-se. Quando você termina de pagar, recebe um documento de quitação do imóvel, que serve para você negociar, mas não tem escritura. Todo mundo tem um contrato de usufruto.
A Prefeitura não deixava um dinheirinho para o social no orçamento dos contratos. Nem no Urucuia, nem no Villarégia teve o pós-morar. Se tivessem tido, hoje a realidade era outra, tanto para quem está morando quanto para o poder público.
A verdade é que a Prefeitura perdeu o controle, começou uma política habitacional e não deu conta de fiscalizar. A Prefeitura [em tese] passaria a moradia para a pessoa, e ela pagaria um valor irrisório que voltaria para o Fundo Municipal de Habitação, para outro sem-casa ter casa. No entanto, esse objetivo não foi todo cumprido. Muitos mais sem casa poderiam ter sido atendidos. Ela não soube dar continuidade à política habitacional do município.

VAMOS PRECISAR DE VOCÊ LÁ

[Moradora-Liderança 2] Aqui fazemos a mobilização assim: se precisamos de alguma coisa, batemos nas casas e falamos, *nós vamos precisar de você lá*. Uma coisa todo mundo tem que saber: não sai nada se não tiver vontade política. Eu acho que foi primordial o trabalho mutirante para que essas pessoas hoje se organizem.



Fontes bibliográficas e documentais

Arquivo do Gabinete do Vice-Prefeito da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)
Arquivo da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)
Bedê, Mônica. *Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da FRENTE BH POPULAR: 1993/1996*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFMG, 2005.
Mascarenhas, Giselle O. *Outros canteiros: possibilidades e limites da produção de moradias por autogestão de Belo Horizonte*. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFMG, 2022.

[cc] Roberto E. dos Santos e Giselle Mascarenhas, 2023
[cc] Selo editorial MOM, 2023
[cc] Ensaio fotográfico, Érico Silva e Giselle Mascarenhas, 2023

Você tem a liberdade de compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esta obra, desde que cite a autoria e não faça uso comercial.

FICHA CATALOGRÁFICA

C752 Conjunto Villarégia / Roberto E. dos Santos, Giselle Mascarenhas, [organizadores]. – Belo Horizonte : MOM Edições, 2023.
52 p. : il. – (Coleção Autogestão de Moradias).

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-88628-06-5

1. Conjuntos Habitacionais. 2. Comunidades. 3. Moradia. 4. Belo Horizonte (MG). I. Santos, Roberto E. dos. II. Mascarenhas, Giselle. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título. V. Série.

CDD 711.4

Ficha catalográfica elaborada por Hugo Avelar Cardoso Pires CRB-6 3125

Foi feito o depósito legal.
Fontes: Mineral, Transcript e Spectral
Impressão: Formato Artes Gráficas
Tiragem: 300 exemplares

MOM edições
Escola de Arquitetura da UFMG
Rua Paraíba, 697
30.130-141 Belo Horizonte – MG
Tel. (55 31) 3409 8855
mom.editorial.eaufmg@gmail.com

COLEÇÃO
AUTOGESTÃO
DE MORADIAS

Roberto E. dos Santos
Giselle Mascarenhas

Projeto gráfico e diagramação
Paula Lobato
Felipe Carnevalli De Brot

Ensaio fotográfico
Érico Silva
Giselle Mascarenhas

Desenhos técnicos
Cerena Silva Araújo
Josiany Coelho Campos
Karlla Rafaela Soares
Laura Julia Rodrigues
Matheus Borlot Nascimento

Transcrição de entrevistas
Karlla Rafaela Soares
Cerena Silva Araújo
Giselle Mascarenhas
Josiany Coelho Campos
Matheus Borlot Nascimento

Conselho editorial
Ana Paula Baltazar
João Marcos de Almeida Lopes
Margarete Maria de Araújo Silva
Roberto E. dos Santos
Silke Kapp
Tiago Castelo Branco Lourenço

Apoio técnico e preparação
Josiany Coelho Campos
Laura Julia Rodrigues
Matheus Borlot Nascimento
Roberto E. dos Santos
Silke Kapp

Revisão
Alexandre Bomfim

Créditos das imagens
Antônia de Pádua:
pp. 12, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23
João Marcos de Almeida Lopes:
p. 23
Margarete Maria de Araújo Silva:
p. 16
MOM:
pp. 01, 24, 25, 26
Prefeitura de Belo Horizonte:
p. 17

Esta publicação foi realizada com apoio financeiro da emenda parlamentar individual 14080016 do Deputado Patrus Ananias.

SUMÁRIO

3 Coleção Autogestão de Moradias
7 Conjunto Villarégia
12 Linha do tempo

Falas e ensaio fotográfico

29 Conquistávamos o recurso e já começava outra luta
31 Os donos do dinheiro não acreditavam muito em pobre
34 Não queriam coisa verticalizada
35 Uma vivência muito mais rica com as famílias
36 Foi um processo belíssimo de valorização do trabalho
37 Cada um trabalhava dentro da sua possibilidade
39 Se fosse empreiteira, não teria acontecido
41 Aquele monte de mulher levantando parede
43 Começou uma política habitacional e não deu conta
45 Vamos precisar de você lá

MOM
edições

VILLARÉGIA

Dedicamos esta Coleção às famílias que lutaram e ainda lutam por moradia na cidade de Belo Horizonte, especialmente àquelas que construíram a autogestão e nos emprestaram suas memórias e perspectivas.

MOM
edições

COLEÇÃO AUTOGESTÃO DE MORADIAS

Nos anos 1990, a conjuntura política e social de Belo Horizonte foi marcada por uma luta intensa por moradia, com militância e grupos organizados pressionando por mudanças na gestão urbana no âmbito da habitação. A Constituição Federal (1988) e a Lei Orgânica Municipal (1990) favoreceram esse movimento, que colaborou para a eleição da FRENTE BH POPULAR, em 1993. Essa coalizão democrático-popular criou condições para a autogestão na produção de moradias. O Orçamento Participativo (OP), iniciado em 1993 e mantido até 2018, bem como o Orçamento Participativo da Habitação (OPH), criado em 1995, foram decisivos para a implementação dessa política.

Assim, foram construídos em Belo Horizonte, de 1997 a 2012, vinte empreendimentos habitacionais por autogestão, financiados por programas municipais e federais, somando cerca de mil e setecentas novas moradias. Embora esse número seja pequeno quando comparado à demanda, tais experiências provam que é possível e desejável produzir de outras maneiras que não as da lógica do mercado, da autoprodução desprovida de recursos ou da gestão pública sem participação popular. A autogestão não apenas resultou em edificações quase sempre de maior qualidade espacial e construtiva, mas os princípios que regeram tais processos deram chance para que futuros moradores e, especialmente, *moradoras* ampliassem sua consciência política, sua autonomia individual e coletiva, e seus conhecimentos e habilidades no trabalho executivo e administrativo dos canteiros de obra.

Esta Coleção traz a público os primeiros resultados de dois projetos de pesquisa e extensão, realizados pelo Grupo de pesquisa MOM e apoiados por uma emenda parlamentar do Deputado Patrus Ananias e pela Pró-Reitoria de Extensão da UFMG: *Interface de avaliação de tecnologias sociais em conjuntos habitacionais autogestionários de Belo Horizonte* e *História da construção de conjuntos habitacionais autogestionários de Belo Horizonte*. Precederam a tais projetos o *Rolezinho da autogestão*, organizado em parceria com o Coletivo Habite a Política, uma oficina do XXIII ARQUISUR, denominada *Produção de moradias por autogestão*, e a disciplina *Projeto participativo: tecnologia social e adequação sociotécnica* ofertada à graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, todos realizados em 2019.

A Coleção ainda está longe de reconstituir toda a história que precisa ser contada para combater o esquecimento da autogestão e sua invisibilização, por vezes deliberada. Ainda assim, compostos das falas, das imagens e da linha do tempo de cada conjunto, seus volumes oferecem um registro inicial das memórias das pessoas que se engajaram nesses empreendimentos, desde a mobilização e a conquista dos terrenos, passando pelos processos de projeto e construção, até a entrega das chaves e a organização posterior dos moradores.

As falas constituem a porção mais substancial dos textos de cada volume. Elas provêm de entrevistas individuais e coletivas que nos foram concedidas por gestores públicos e assessorias técnicas, e, principalmente, pelas protagonistas da autogestão: as moradoras e os moradores dos conjuntos, e as lideranças de movimentos populares. Procuramos pôr em evidência as perspectivas desses sujeitos.

As imagens provêm de acervos pessoais e públicos, bem como de ensaios fotográficos feitos por Érico Silva e Giselle Mascarenhas para esta Coleção. Na intenção de obter imagens representativas da realidade, tais ensaios se aproximam das técnicas de fotojornalismo, com os respectivos desafios, mas também com a possibilidade de capturar o cotidiano das pessoas e dos lugares. Em conjunto, as imagens novas e antigas deixam entrever as apropriações dos espaços e as marcas do tempo sobre a materialidade das edificações e de seu entorno imediato.

A linha do tempo sintetiza os dados e situa a produção de cada conjunto no contexto específico e no mais amplo. Com mapas, desenhos, fotos e outros documentos, procuramos tornar legíveis as superposições cronológicas e geográficas: governos, marcos regulatórios, programas públicos, organizações e manifestações populares, conquistas, projetação e construção. Por cortes diacrônicos e sincrônicos, é possível identificar encadeamentos e concomitâncias. Trata-se de uma construção historiográfica, um exercício de imaginação e uma ferramenta para a decifração dos fios condutores de um cenário complexo.

Nossos agradecimentos: a todas as pessoas mutirantes e moradoras dos conjuntos autogestionários, especialmente a Adoneia de Deus, Arthur Leandro, Aurenice de Jesus, Bárbara Jussara, Cenir Silva, Cleusa, Edino Lopes, Eliane Rodrigues, Erica Santos, Euflosino Francisco, Fábio Nunes, Francisco Fernandes, Gabriela Vieira, Geralda de Oliveira, Gisele, Graça Ferreira, Guilherme Souza, Irene Araujo, Jhuly Jennifer, João Batista, Joaquim Moreira, Jorge Soares, Lourival Lopes, Luiz Nazaré, Luzia Vilela, Márcia Valéria, Margarida da Silva, Maria Aparecida Souza, Maria da Luz de Freitas, Maria das Graças, Maria Helena, Maria Roberta, Mário Faria, Márlivy, Marlene Gomes, Milton Santos, Paola Quintino, Patrícia Vieira, Renato Colotto, Renilda Souza, Rita Alves, Ronan Medeiros, Rosângela Moreira, Rosângela Nascimento, Salvadora de Lima, Sebastiana Araujo, Silvana, Sirleia Martins, Sirlene, Taise Oliveira, Varmo Silva e Vitor Godinho.

Às lideranças dos movimentos de luta por moradia, Antônia de Pádua, Cleusa Nascimento, Guilherme França de Souza, Helenice da Conceição Teixeira, Herval Simões Guido Júnior, José Antônio e Maria das Graças de Souza Ferreira.

Aos gestores públicos da URBEL, Aderbal Geraldo de Freitas, Aluísio Rocha Moreira, Maria Cristina Fonseca e Mônica Bedê.

Aos pesquisadores, arquitetas e arquitetos das assessorias técnicas, Ana Paula Baltazar, Ana Schmidt, João Marcos de Almeida Lopes, Marcelo Palhares, Margarete Maria de Araújo Silva (Leta), Maria Lúcia Malard e Silke Kapp.

Aos estudantes Bruna Ignacio, Cerena Araújo, Gabriel Barbosa, Josiany Campos, Karlla Soares, Laura Rodrigues, Matheus Nascimento e Tiago Amaral da Silva, pela participação nos projetos de pesquisa e extensão que deram origem a este livro.

Aos consultores Ana Baltazar, Jonathan Charley e Silke Kapp.

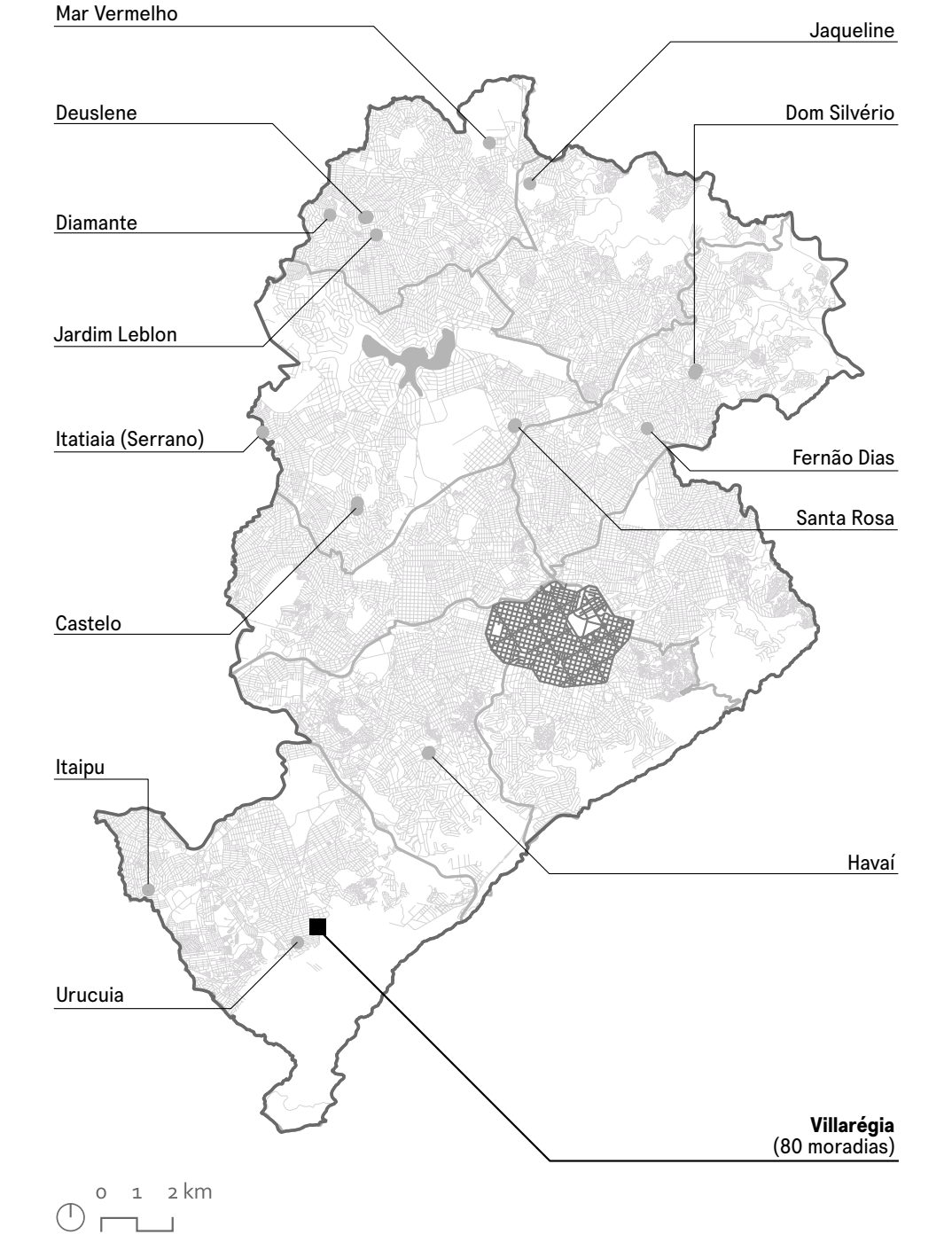
Ao Coletivo Habite a Política, parceiro no *Rolezinho da autogestão*.

À Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, pelas bolsas PBEXT e FORMEX.

Ao Deputado Patrus Ananias, pelo incentivo à pesquisa e à extensão na UFMG e pelo apoio financeiro, mediante emenda parlamentar, sem o qual esta publicação não teria sido possível.

Nossa expectativa é a de que o material reunido em cada volume desta Coleção seja explorado, reinterpretado, complementado e, eventualmente, corrigido. Sobretudo, gostaríamos que se tornasse inspiração e estímulo para novas experiências de autogestão.

Roberto E. dos Santos e Giselle Mascarenhas
Agosto de 2023



CONJUNTO VILLARÉGIA

O Conjunto Villarégia está situado na esquina das ruas Augusto Muniz e Tubarão, no bairro Cardoso, na regional Barreiro. Ele pertence à primeira geração da autogestão em Belo Horizonte e foi conquistado pelo movimento popular em duas fases. Dos Orçamentos Participativos de 1994 e 1995, vieram os recursos para a primeira etapa de construção, com vinte e três unidades executadas entre fevereiro de 1997 e maio de 1998. E dos Orçamentos Participativos da Habitação de 1996 e 1997, vieram os recursos para a segunda etapa, com cinquenta e sete unidades executadas entre março de 1999 e abril de 2000.

A história do Villarégia se confunde com a do Conjunto Urucuia, pois, inicialmente, as famílias formavam um só grupo. No entanto, conflitos quanto ao uso de uma parcela do terreno reservado ao empreendimento levaram à realocação de parte do grupo original para o Villarégia. Em ambos os locais, os futuros moradores sofreram com preconceitos e hostilidades da vizinhança. A Associação dos Sem-Casa do Bairro Betânia e Regiões de Belo Horizonte (ASCA), como entidade associativa responsável pela autogestão dos dois conjuntos, então se engajou numa campanha: circulou uma carta aberta entre os moradores dos bairros Pongelupe, Urucuia e Cardoso, relatando sua luta por moradia e solicitando apoio. Além disso, foi decisiva a atuação da Prefeitura para reforçar a legitimidade da implantação dessas moradias no bairro.

O nome do Conjunto Villarégia é uma homenagem à Comunidade Missionária de Villaregia, da Itália, que contribuiu com a formação de lideranças da ASCA. Homenagens são também os nomes das quatro travessas internas que dão acesso a parte das casas: África, Itália, Uruguai e Brasil. Eles remetem aos países de origem de pessoas e ideias relevantes para o processo autogestionário desse empreendimento.

Os oitenta sobrados do Conjunto Villarégia são implantados em fita ao longo das vias públicas que o delimitam e das referidas travessas. São construídos de alvenaria estrutural de blocos de escória de alto forno (Usimix-Valemix). Cada unidade compreende quintal, sala, cozinha, área de serviço e banheiro, no andar térreo, além de três quartos cuja disposição varia: casas com os quartos todos no andar superior se ‘encaixam’ às respectivas vizinhas, em que um dos quartos está no térreo. No interior do conjunto, há ainda uma praça e um estacionamento, e havia um escritório de obra que funcionou como centro comunitário por algum tempo. Em 2007, os moradores decidiram demolir essa construção. Recentemente, eles se mobilizaram para ocupar esse espaço, ampliando a praça e as vagas disponíveis. Eles veem a mobilização para essa demanda e seu encaminhamento à PBH como uma conquista.

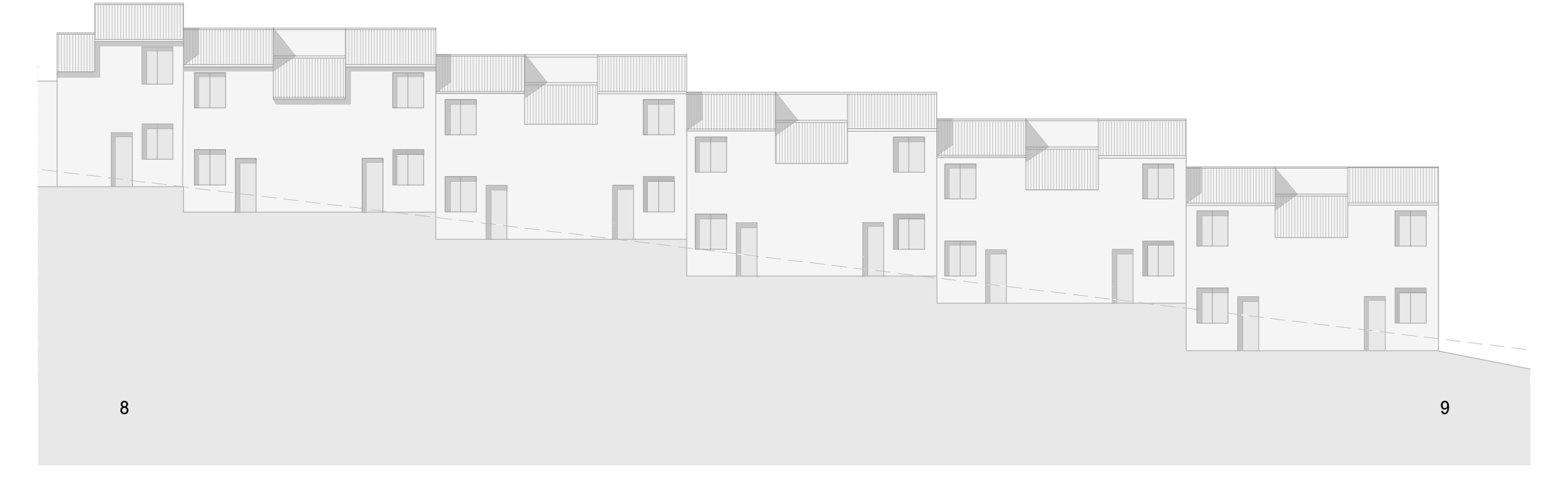
Ana Schmidt foi a arquiteta responsável pelo projeto, que teve a participação de algumas das famílias beneficiárias. A ASCA cuidou da administração das obras, com assessoria técnica da própria Ana e da arquiteta Margarete Maria de Araújo Silva, a Leta. Também fizeram parte da assessoria os arquitetos Alfio Conti e Renato Colotto. A assessoria técnica social foi feita por Guilherme França. Toda a obra foi feita sem a contratação de construtoras. O canteiro foi de frentes de trabalho remuneradas, durante a semana, e mutirões, aos sábados, domingos e feriados. Sempre, pelo menos um membro de cada família beneficiária deveria participar do mutirão, e tal engajamento era registrado e pontuado, constituindo o principal critério para a ordem em que as famílias puderam escolher suas unidades ao final.

As pessoas participantes dos mutirões — mulheres, na sua grande maioria — fizeram serviços de organização e preparo do terreno, limpeza das áreas de obra, recolhimento, triagem e transporte de materiais, terraplenagem, abertura de valas de fundação, armação de ferragens e concretagem de lajes. Tudo isso facilitava os trabalhos durante a semana e reduzia desperdícios, além de, obviamente, diminuir os custos relativos à força de trabalho. Mas o mutirão teve repercussões mais amplas. Os serviços de cozinha e creche organizados pelas mulheres evidenciaram um potencial de colaboração e solidariedade que muitas nunca haviam experimentado. Além disso, a participação nas obras levou a capacitações profissionais, seja diretamente na lida ou por meio de treinamentos (para efetuar compras ou executar instalações elétricas, por exemplo). Nas entrevistas que realizamos, várias pessoas enfatizaram o sentimento de pertencimento e união, e a satisfação com o próprio desempenho nesse processo autogestionário, embora também tenhamos ouvido ressalvas acerca do trabalho árduo nos mutirões e da falta de acompanhamento social no pós-morar.

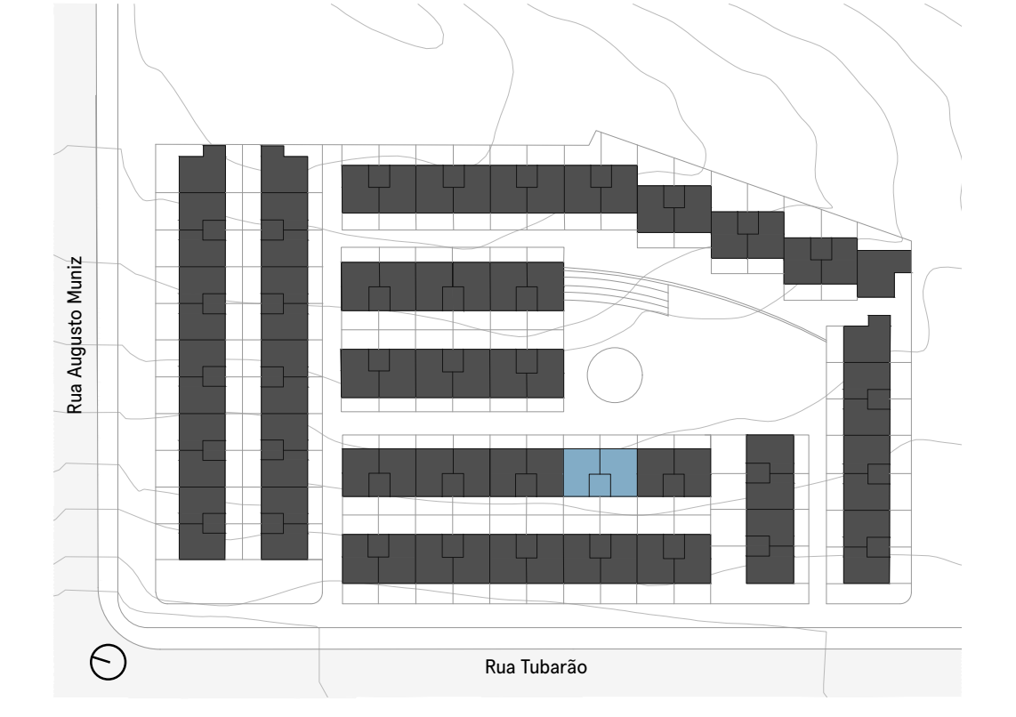
As principais modificações feitas pelos moradores no espaço das casas ao longo do tempo foram a construção de muros no alinhamento dos lotes, a cobertura dessa área de afastamento frontal e a instalação de áreas de serviço no quintal. Houve ainda reformas nas cozinhas, integrando-as à área de serviço original, além de trocas de esquadrias e revestimentos de piso.

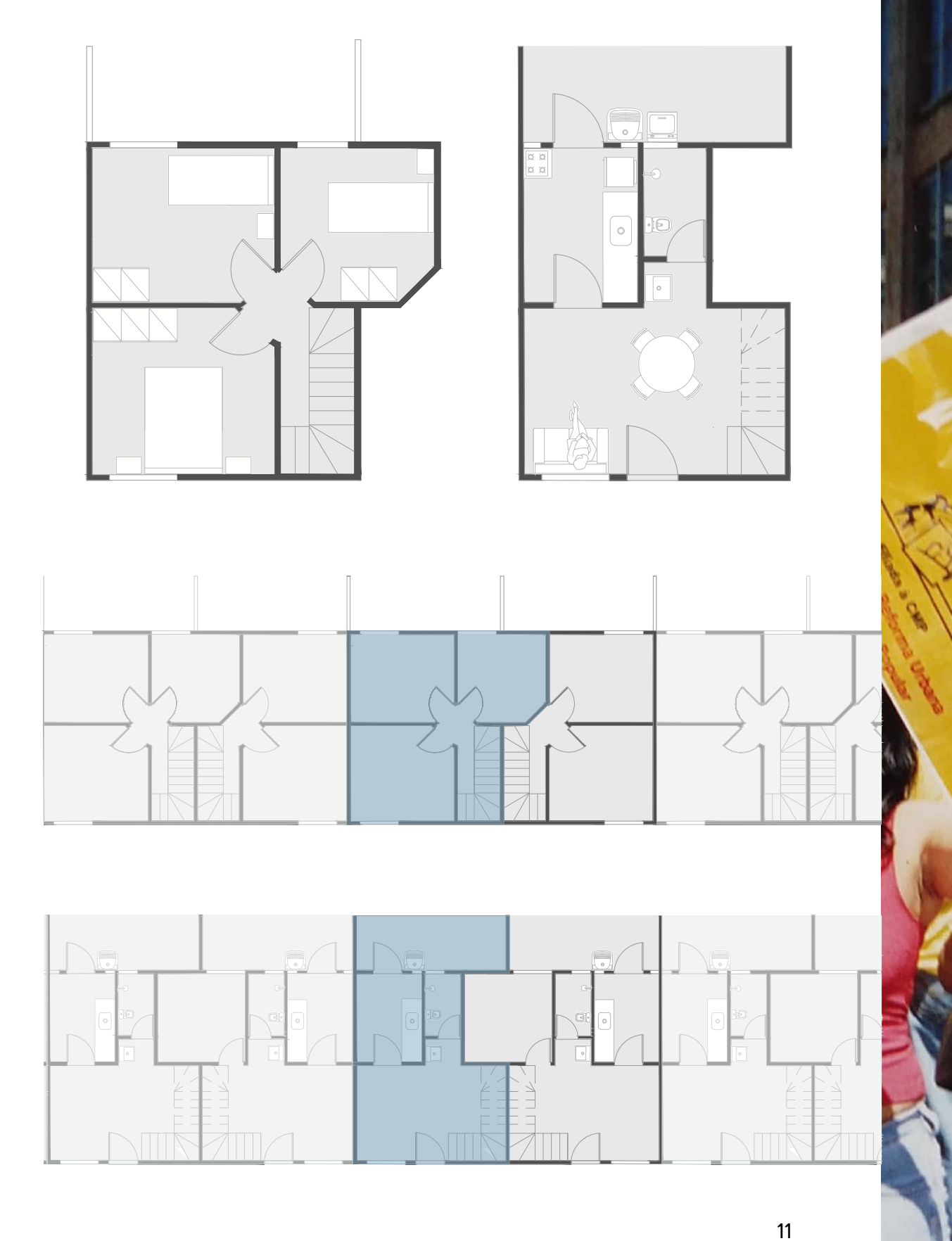
A opinião dos moradores sobre o conjunto, hoje, varia. Alguns dizem que não têm nenhuma queixa e enfatizam vantagens como a proximidade de comércio, transporte, serviços e equipamentos públicos. Outros fazem discretas referências ao tráfico de drogas ou mencionam problemas como a pouca conscientização dos vizinhos acerca da vida em coletividade.

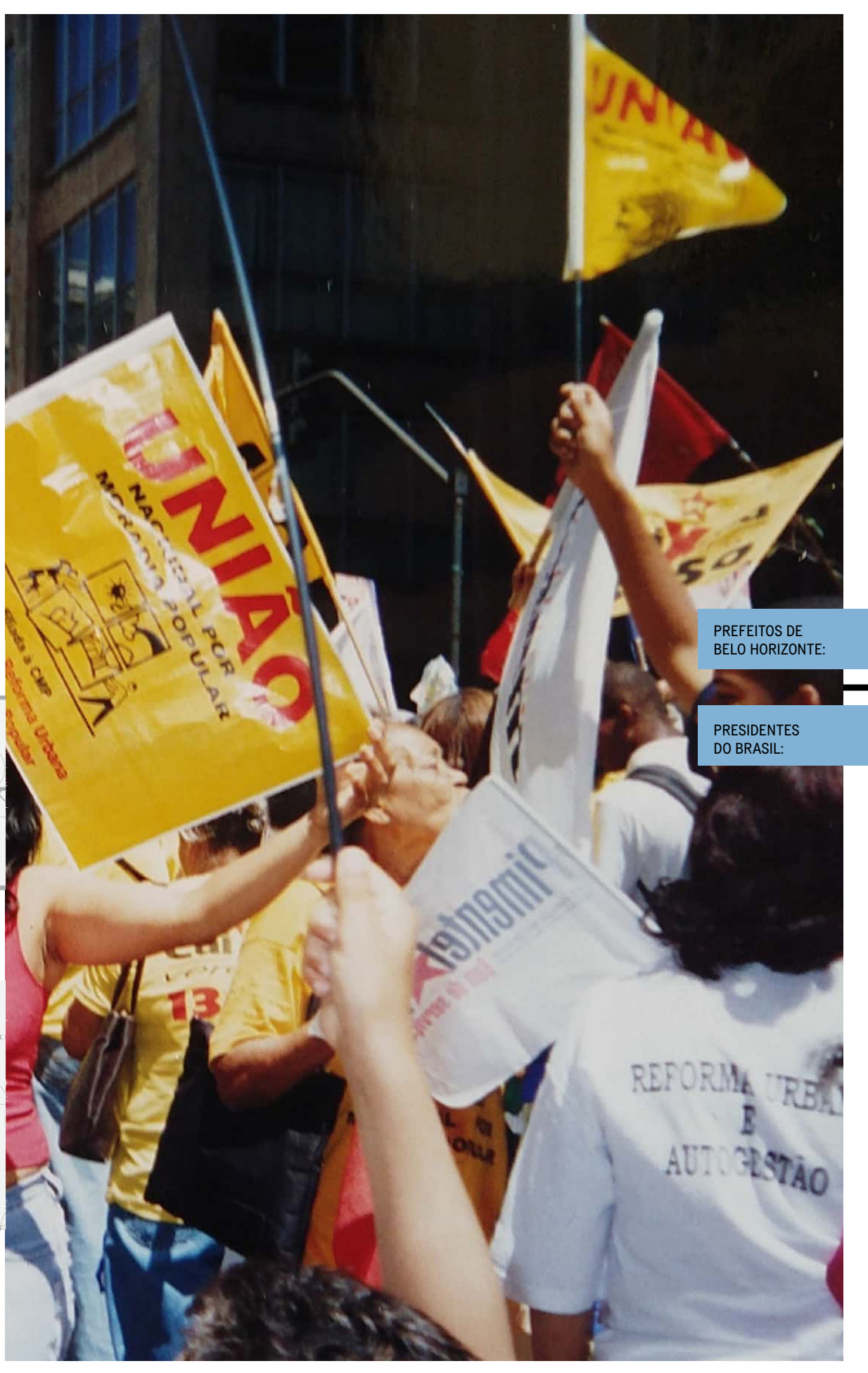
A intensa colaboração promovida ao longo do processo de produção do conjunto criou condições para que as mulheres reconhecessem suas habilidades em tarefas antes consideradas exclusivas dos homens. Nesse contexto de empoderamento, elas cultivaram laços comunitários, asseguraram lares para suas famílias e alcançaram independência ao se emanciparem de relacionamentos opressivos, desafiando arraigados estereótipos de gênero.



As **falas** das seções seguintes registram a memória desse empreendimento. Elas provêm de entrevistas que nos foram concedidas por duas moradoras e lideranças do conjunto (Antônia de Pádua e Maria da Graça de Souza Ferreira) e duas assessoras técnicas (Ana Schmidt e Leta). Realizadas em 2019, 2020 e 2022, elas abordam relações de vizinhança, ações comunitárias e as fases de mobilização, projeto, construção e pós-ocupação. Os textos sobre fundo azul são transcrições literais dessas falas (apenas com pequenas supressões das interjeições coloquiais).







PREFEITOS DE BELO HORIZONTE:

PRESIDENTES DO BRASIL:

- ★ Evento
- ► Marco regulatório ou programa público
- ● Cursos de formação

1977 / 1979 / 1983

★ Enchentes e inundações
Os anos de 1977, 1979 e 1983 são de enchentes particularmente trágicas em Belo Horizonte. Por terem suas casas ameaçadas ou destruídas, mais pessoas se juntam ao movimento por moradia.

Ernesto Geisel

► Criação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM)
O PRODECOM, de abrangência estadual, atua em cinco áreas: habitação popular, legalização de terras urbanas, melhorias urbanas em favelas e bairros da periferia, nutrição e abastecimento, e serviços comunitários. Tem como diretriz o planejamento participativo e incentiva a autoconstrução, o mutirão e a ajuda mútua, respeitando dinâmicas locais e favorecendo a autonomia das pessoas na produção de suas casas.

João Figueiredo

1982

★ Início dos mutirões em São Paulo
A Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Estadual empreendem mutirões, destacando-se a Vila Nova Cachoeirinha (1982), o Recanto da Alegria (1983) e a Vila Comunitária de São Bernardo (1985).

1984

★ Ocupação da escadaria da Igreja São José pelo movimento por moradia
O ato reúne muita gente e chama atenção para a luta do movimento, com consequente envolvimento da Igreja Católica.

1984 / 1985

★ Encontros dos movimentos por moradia de São Paulo
Os eventos, organizados por assessores técnicos, possibilitam articulações entre movimentos locais e externos, especialmente a Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM). Assim, impulsionam a criação da Coordenação dos Movimentos e Associações de Moradia, Ajuda-Mútua e Autogestão, que dará origem à União dos Movimentos por Moradia da Grande São Paulo e Interior, a principal responsável por encaminhar a autogestão nos programas habitacionais dos anos 1990.

José Sarney

1989

★ Luiza Erundina, do PT, assume a prefeitura de São Paulo
A gestão municipal democrático-popular, apesar de não contar com respaldo do governo federal, busca dar resposta às reivindicações dos movimentos por moradia, visibilizando suas pautas e apontando novos rumos à produção autogestionária de moradias no país a partir da criação do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal.

► Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal de São Paulo
O FUNACS, também denominado FUNACOM, é implantado pela Superintendência de Habitação Popular e subsidiado pelo Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (Lei 8.906/79). Em pouco mais de três anos, firma 93 convênios que viabilizam 12.351 unidades habitacionais.

★ Chico Ferramenta, do PT, assume a prefeitura de Ipatinga
Eleito com apoio do movimento de luta por moradia, a gestão de Chico Ferramenta inaugura práticas autogestionárias no campo da habitação em Minas Gerais, a partir de convênios entre a Prefeitura e a Associação Habitacional de Ipatinga, criada em 1990.

[Moradora-Liderança 1] Nós começamos aqui em Belo Horizonte com a Igreja, no Centro de Apoio aos Sem-Casa da Arquidiocese de bh. Não tínhamos uma visão mais geral [dos movimentos por moradia], nem nacional, nem internacional. Depois começamos a trocar figurinhas e vimos que, naquela época, circulava a [proposta de] lei já com um milhão de assinaturas e nós entramos nesse processo. [...]

Fernando Collor

1991

★ Um milhão de assinaturas e o primeiro projeto de lei de iniciativa popular
Como uma entre várias ações de luta por uma política habitacional em nível federal, os movimentos por moradia se mobilizam nacionalmente e conseguem coletar um milhão de assinaturas em favor do projeto de lei do Fundo Nacional de Moradia Popular. Uma pauta central é a autonomia dos movimentos na gestão de recursos.

1992

★ Fundação da Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Região (ASCA)
A ASCA obtém os primeiros recursos disponibilizados para a produção de moradias por autogestão em Belo Horizonte, por meio do Orçamento Participativo. Assume um papel central e permanente na luta por moradia.

Itamar Franco

1993 Patrus Ananias

★ Patrus Ananias, do PT, assume a prefeitura de Belo Horizonte
Eleito pela coalizão FRENTE BH POPULAR, a gestão de Patrus Ananias promove avanços democráticos, com maior participação, justiça social, geração e distribuição de renda, descentralização e transparência.

● Curso de capacitação: Assessoria Técnica a Movimentos Sociais por Moradia
A URBEL oferece o curso com a intenção de capacitar profissionais para atuação como assessoria técnica a associações populares envolvidas na produção de moradias por autogestão.

★ Início dos mutirões do Conjunto Primeiro de Maio em Ipatinga
Os sobrados do Conjunto Primeiro de Maio são construídos em alvenaria de blocos de cimento e escória de alto-forno. Trata-se de uma experiência singular no Brasil, sem a rigidez de outros programas de autogestão. Sua assessoria técnica e muitos de seus moradores farão parte das frentes de trabalho remunerado do Conjunto Urucuia.

★ Campanha da Fraternidade *Onde moras?*
Visibilizando a luta por moradia em Belo Horizonte, a Igreja Católica ampara a organização do cadastro de famílias que demandam moradia e promove alguma estruturação aos grupos que emergiram a partir da década de 1980.

► Criação do Orçamento Participativo (OP)
A formulação do OP objetiva viabilizar a participação dos moradores de vilas, favelas e conjuntos habitacionais na alocação de recursos públicos para obras por eles demandadas. São realizadas assembleias regionais para o levantamento de propostas de obras por sub-região, seguidas de triagem dessas propostas e estimativas de custos das obras pela Prefeitura, e, ainda, pelos eventos denominados Caravana de Prioridades (por regiões) e Fórum de Prioridades Orçamentárias (por regiões e municipal).

★ Fundação do Centro de Apoio ao Sem Casa (CASA)
Vinculado à Arquidiocese de Belo Horizonte, o CASA é responsável pelo cadastro que dá origem aos núcleos organizados de habitação, formados por pessoas que lutam por moradia.

► Nova regulamentação do Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP)
A Lei 6.326/93, regulamentada pelo Decreto 7613/93, vincula o FMHP, criado pela Lei 517/1955, à provisão de moradia para a população de baixa renda e define a URBEL como gestora desse fundo.

★ Conquista de recursos do OP pela ASCA
A ASCA mobiliza quinhentas famílias para a assembleia do OP de 1994 e consegue recursos equivalentes a 250 mil dólares — segundo uma participante, quase três quartos do montante disponível. É um marco nas lutas populares e na política municipal, decisivo para a criação de um orçamento participativo exclusivo para a habitação.

VILLARÉGIA

[Moradora-liderança 1] Conquistamos aquela terra do Urucuia, e nós mesmos vigiávamos o terreno em sistema de rodízio até conseguirmos o dinheiro para a construção. Acho que a gente deu uma dormida, porque outras pessoas [que não faziam parte do movimento] estavam chegando e construindo. Na verdade, a gente não tinha noção do tamanho da terra, de que tudo era nosso. Aí eles ocuparam uma das quadras. Uma construtora vendeu para essas pessoas, e a gente só foi perceber quando começaram a mexer no terreno. Acionamos a Prefeitura. Depois entendemos que também eram pobres, que tinham pagado indevidamente pelo terreno. Então começamos a procurar outro terreno e achamos o do Villarégia. Infelizmente, ficou separado o conjunto, mas foi assim que aconteceu. Meu sonho era morar no Urucuia, mas a gente, como liderança, precisou estimular o povo a viver em outro lugar. A nossa história era aquele terreno [do Urucuia]. Imagina chegar em oitenta famílias e dizer que vai ter que morar lá embaixo [no Villarégia]. O povo falou, *não, não vamos não*. Aí pensei, *vou ter que morar lá no Villarégia, porque senão, ninguém vai morar lá*.

1994 / 1995

★ Conquista de recursos no Orçamento Participativo

1994

► Aprovação da Política Habitacional para o Município de Belo Horizonte
Ao lado da gestão pública e da cogestão, a nova política habitacional define a autogestão como uma de suas três formas, descrevendo-a como aquela em que “o movimento popular organizado gerencia todo o processo de produção do programa habitacional” e os respectivos recursos são “repassados aos beneficiários” (Resolução II/1994).

● Seminário Assessoria a Movimentos Populares na Perspectiva da Autogestão
Organizado pela URBEL, o seminário conta com assessorias técnicas de Fortaleza (CEARAH PERIFERIA), Recife (ARRUAR) e São Paulo (USINA).

1995

Fernando Henrique Cardoso

► Criação do Orçamento Participativo da Habitação (OPH)
Criado a partir da pressão exercida pelo movimento de moradia que passa a ocupar lugar expressivo nas plenárias deliberativas do OP, o OPH é o canal de participação da população na deliberação de recursos para execução de projetos voltados exclusivamente para atender a demanda habitacional.

1996

★ Conquista do primeiro terreno

★ Início dos projetos

[Assessora 1] Quando participamos da licitação do projeto, definimos um conceito de habitação, avançando um pouco na racionalidade do processo construtivo. Entramos em contato com a Leta que tinha experiência em Ipatinga, construindo um conjunto grande.

► Regulamentação da Política Habitacional para o Município de Belo Horizonte
Cinco resoluções do Conselho Municipal de Habitação regulamentam o financiamento e a concessão de subsídios pelo Fundo Municipal de Habitação Popular, abrangendo objetivos e critérios para a participação em empreendimentos autogestionários, atribuições dos participantes e procedimentos de aprovação de orçamentos e operacionalização do processo.

★ Ocupação do prédio da Prefeitura de Belo Horizonte pelo movimento por moradia
Na véspera do Natal do último ano da gestão de Patrus Ananias, o movimento ocupa a prefeitura com a reivindicação de que sejam assinados os contratos dos empreendimentos autogestionários, pondo fim à hesitação do poder público em liberar dinheiro e conceder autonomia aos seus beneficiários.

1997 Célio de Castro

★ Início das obras

2000

★ Finalização das obras

► Direito à moradia na Constituição Brasileira
A Emenda Constitucional 26/2000 incluiu na Constituição Brasileira o direito à moradia como um dos direitos sociais básicos.

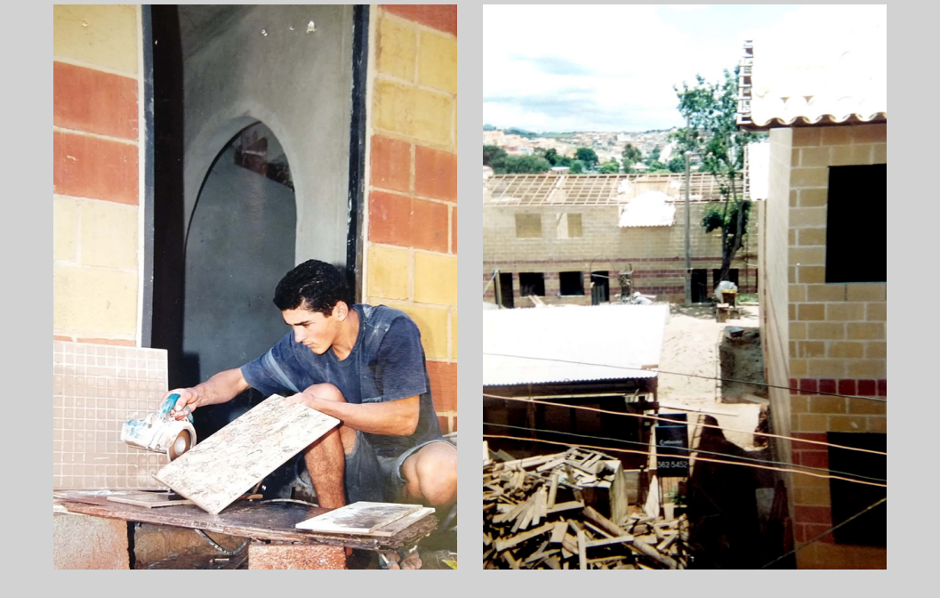
2001 Fernando Pimentel

► Criação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR)
A Lei 10.188/2001 cria o programa para atender à população de baixa renda mediante arrendamento residencial com opção de compra. A Caixa Econômica Federal é responsável por gerir o Fundo de Arrendamento Residencial e operacionalizar o programa.

2003

Luiz Inácio Lula da Silva

2004



► Criação do Programa Crédito Solidário
A Resolução 93/2004, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, cria o Programa Crédito Solidário para atender a famílias de baixa renda organizadas em cooperativas ou associações com fins habitacionais. Com a Caixa Econômica Federal como agente executor, o programa tem papel relevante no financiamento da segunda geração de conjuntos habitacionais produzidos por autogestão em Belo Horizonte.

QUEREMOS MORADIA
FAÇA DO BRASIL UM
A SUA CIDADANIA

2005

► Criação do SNHIS e do FNHIS
Depois de quase duas décadas de mobilizações, com repetidas caravanas a Brasília para pressionar o governo federal por programas habitacionais mais abrangentes do que os municipais, movimentos populares finalmente conseguem que seja aprovada a Lei 11.124/2005, que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), amparado pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), prevendo repasse de recursos a entidades sem fins lucrativos e, assim, viabilizando a produção autogestionária.

2008

► Criação da Ação de Apoio à Produção Social de Moradia (APSM)
Com recursos do FNHIS e voltada a famílias com renda de até três salários mínimos, a APSM prevê a produção ou aquisição de unidades habitacionais, a requalificação de imóveis e a aquisição de lotes urbanizados. O programa, embora sintetize algumas das reivindicações dos movimentos por moradia, não é efetivamente implantado.

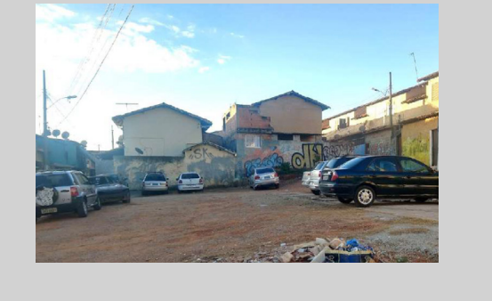
2009 Marcio Lacerda

[Moradora-Liderança 1] Hoje, nós temos uma turminha no Orçamento Participativo, nos organizamos para [conquistar a] praça e foi formada uma comissão para tomar conta disso. Hoje, são outras lideranças que levam essas ações coletivas para frente. Outro dia passaram e falaram: nós conseguimos o quebra-molas ou vão repintar a praça. Essa turminha, próxima à Prefeitura, acompanha as reuniões e consegue dar retorno para os moradores.

► Criação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)
O PMCMV é criado para estimular a construção civil e prover moradias para famílias enquadradas em três faixas de renda: até três salários mínimos; três a seis salários mínimos; e seis a dez salários mínimos. O programa contempla também a produção autogestionária por meio do PMCMV-ENTIDADES.

Dilma Roussef

2010



★ Conquista da praça no OP OBRAS

Michel Temer

2018 Alexandre Kalil

Jair Bolsonaro

► Atualização da Política Municipal de Habitação para Belo Horizonte
A Resolução LII/2018 do Conselho Municipal de Habitação revê alguns conceitos da política habitacional, como o de *déficit habitacional*, e altera diretrizes e linhas programáticas, introduzindo duas novas formas de gestão (a privada e a por organizações da sociedade civil) e mantendo as anteriores (pública, cogestão e autogestão).

2019

★ Finalização da construção da praça

★ Projetos de extensão e pesquisa para recuperação da memória da autogestão em Belo Horizonte
Iniciam-se os projetos *Interface de avaliação de tecnologias sociais em conjuntos habitacionais autogestionários de Belo Horizonte* e *História da construção de conjuntos habitacionais autogestionários de Belo Horizonte*, desenvolvidos pelo Grupo MOM com a participação dos moradores em entrevistas e oficinas de fotografias.